



Virtualização chega à 5ª VF-Cível segunda-feira

Na outra semana será a vez da 3ª VF Cível

Mais duas varas federais cíveis de Vitória começam a funcionar com processo eletrônico nas próximas semanas: a 5ª VF Cível, na segunda-feira (25), e a 3ª VF Cível, na outra segunda, 1º de fevereiro.

Nos autos eletrônicos, de acordo com as diretoras de secretaria Cristiane Salomão Barros e Lourênia Moreira Gomes, as petições iniciais continuarão sendo recebidas em papel pela Seção de Protocolo Integrado e Certidões (Sepric/NDI), que encaminhará o documento para digitalização e o enviará eletronicamente para as varas.

Já as petições intercorrentes poderão ser feitas de duas formas. Caso o advogado apresente a petição no balcão da vara, o documento será digitalizado pelos servidores e devolvido, posteriormente, ao advogado. A outra maneira - mais ágil e cômoda para o advogado - é por meio do serviço de petição eletrônica, disponível na página da Justiça Federal na internet (www.jfes.jus.br). Desta forma, a petição poderá ser feita diretamente de casa ou do escritório.

Já funcionam como varas eletrônicas na Seção Judiciária do Espírito Santo a 4ª VF Cível, além das quatro varas federais de Execução Fiscal e três Juizados Especiais Federais da capital.

Dentre os principais benefícios trazidos pela virtualização, destacam-se: maior rapidez na tramitação dos processos; redução de despesas públicas com materiais de consumo; otimização dos espaços físicos destinados às varas; maior facilidade de consultas ao processo, inclusive via intranet ou internet, e maior rapidez no envio on line dos autos para outras varas ou para o Tribunal.

Dirigentes da Emarf reúnem-se com juízes federais em Vitória

Os desembargadores federais Maria Helena Cisne Cid e Luiz Antonio Soares, diretora-geral e coordenador local da Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf), estiveram em Vitória no dia 15 de janeiro, para reunião com juízes federais na Seção Judiciária do Espírito Santo. O objetivo do encontro era expor o novo papel da Escola, que agora, por força de diretrizes da Enfam (Escola Nacional de Formação de Magistrados), é responsável pela oferta de cursos de aperfeiçoamento aos juízes, cuja frequência é obrigatória para fins de promoção na carreira.

De acordo com o diretor do foro da SJES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, a desembargadora explicou que a Emarf funcionará como órgão de apoio nesse processo e a presença dela naquela ocasião visava colher sugestões que pudessem dar mais eficiência a esse processo, sobretudo considerando as necessidades e peculiaridades locais da Seção Judiciária.



Prorrogado estudo para proposição de estrutura mínima para varas criminais e de execução fiscal

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, prorrogou para data ainda não definida os trabalhos do [Grupo de Trabalho](#) criado em agosto passado, para estudo e proposição de estrutura mínima para as varas criminais e de execução penal. A decisão foi publicada nesta sexta-feira, 22, no Diário Oficial da União ([Portaria Nº 2, de 21 de janeiro de 2010](#)).

Além disso, foram acrescentadas três novas atribuições ao Grupo: “acompanhar a implementação de Plano de Gestão para o funcionamento de varas criminais e de execução penal; avaliar resultados obtidos, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das propostas e sugestões apresentadas; e analisar e sugerir ao Plenário do CNJ manifestações sobre projetos de lei que visem à edição de novo Código de Processo Penal ou alterações no Código existente”.

Fórum Emarf sobre Direito Tributário – Videoconferência dia 5 de fevereiro

No dia 5 de fevereiro, a Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) transmitirá por videoconferência para a Justiça Federal do Espírito Santo o fórum “Direito Tributário – 2º Encontro”, parte do curso de Direito Tributário. Será das 9 às 13 horas, na sala de cursos (1S do prédio sede da JFES, Rua São Francisco, 52, Cidade Alta).

O evento será aberto a público e dará direito a certificado.

As inscrições para magistrados federais devem ser feitas pelo módulo do CAE na internet. Servidores e demais interessados podem se inscrever pelo (27) 3183-5187 ou nucleoemarf.es@jfes.jus.br.



Preços de Serviços Prestados no Âmbito da Justiça Federal

O Corregedor da Justiça Federal na 2ª Região, Drº Sérgio Schwaitzer, no uso de suas atribuições legais e regimentais, editou o Provimento nº 66, de 17 de novembro de 2009 que dispõe sobre preços de serviços prestados no âmbito da Justiça Federal de primeira Instância. Veja o provimento no campo “notícias” do www.jfes.jus.br.

CNJ realiza pesquisa de opinião para definir temas do Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou pesquisa de opinião com 40 mil lideranças dos três Poderes - entre ministros, secretários, juízes, deputados, senadores, entre outros representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil - para identificar os principais temas que deverão pautar a Justiça nos próximos dez anos. A pesquisa, desenvolvida com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), subsidiará a elaboração da estratégia de atuação futura do Judiciário.

“A idéia é contar com a colaboração desses líderes para que sejam validados os assuntos e as áreas que poderão impactar a atuação do Judiciário nos próximos anos”, explica a diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Ana Carolina Chaer. A pesquisa começou na primeira semana deste mês e vai até o próximo dia 31. Ela abrange temas ligados a segmentos como economia, tecnologia da informação, meio ambiente, relações de trabalho, relações sociais, mudanças na estrutura familiar e novas tecnologias. (...) RM/MB / Agência de Notícias CNJ (Leia mais no www.cnj.jus.br)

CNJ recomenda implantação de “Casas de Justiça e Cidadania”

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou nesta quinta-feira, 21, no Diário Oficial da União, a [Recomendação Nº 26, de 16 de dezembro de 2009](#), que “recomenda aos tribunais a instalação de Casas de Justiça e Cidadania para o desenvolvimento de ações destinadas à efetiva participação do cidadão e de sua comunidade na solução de seus problemas e sua aproximação com o Poder Judiciário”.

Por meio de rede de voluntariado, as Casas de Justiça e Cidadania terão por finalidade desenvolver serviços destinados a fomentar o crescimento social e o fortalecimento da cultura jurídica, promover a integração da comunidade na busca de soluções para questões locais, prevenir ou tratar conflitos de interesse da comunidade, além de oferecer capacitação profissional, educação, e inserção social, informações sobre serviços públicos, conhecimentos sobre cidadania, direito, saúde, assistência judiciária voluntária e mecanismos para a solução de conflitos.

Conforme o ato publicado, a coordenação Nacional do Programa ficará a cargo do Conselho Nacional de Justiça e os tribunais disciplinarão a coordenação no âmbito de suas jurisdições.

CNJ oferece apoio ao sistema judiciário do Haiti

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ofereceu apoio ao governo do Haiti no processo de reconstrução do sistema Judiciário daquele país, atingido no último dia 12 por um terremoto de 7 graus na Escala Richter. A assistência oferecida pelo CNJ foi comunicada pelo presidente do Conselho, ministro Gilmar Mendes, em ofício ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, nesta terça-feira (19/01). (...) RM/MB / Agência de Notícias CNJ. (Leia mais no www.cnj.jus.br)